

Novas regras europeias ampliam foco na sustentabilidade do campo

COMÉRCIO EXTERIOR

RODRIGO VIEIRA, DIVULGAÇÃO

Exigências europeias ampliam busca por produção sustentável



Estância Guatambu aplica conjunto de ações que visam minimizar impacto ambiental da pecuária de corte e da produção de grãos, setores que serão impactados por regras recém-aprovadas

Iniciativa da UE proíbe circulação de produtos que tenham relação com desmatamento e classifica países por níveis de risco

MARCELO GONZATTO
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

Não bastassem as recorrentes estiagens, os produtores rurais gaúchos ganharam nova preocupação. Um conjunto de regras recém-aprovado pela União Europeia vai limitar, a partir de 2025, a importação de produtos agrícolas que não tenham comprovação formal de sustentabilidade.

Isso vai exigir o reforço de práticas já adotadas no Estado, como rotação de culturas e a integração entre pecuária, lavoura e floresta, além da capacidade de demonstrar a origem virtuosa dos itens vendidos para os europeus. Os gaúchos levam vantagem em relação a outras regiões do país que sofrem com altos índices de desmatamento, mas ainda há dúvidas sobre como criadores e agricultores deverão comprovar a procedência e a adequação de suas produções.

Também há críticas de que parte das normas busca apenas criar barreiras comerciais: isso inclui o veto de importação mesmo quando a derrubada de árvores é legalizada e a classificação dos países em níveis de risco de preservação de suas florestas. Se o Brasil for alocado na faixa mais crítica, todos os Estados poderiam perder competitividade em um continente que rendeu R\$ 250 bilhões ao país em 2022.

O Green Deal, ou Pacto Verde, é um conjunto de ações em setores

variados – como geração de energia, mobilidade ou agropecuária – que almeja transformar a Europa no primeiro continente a alcançar a neutralidade climática até 2050. Isso significa o equilíbrio entre a emissão e a absorção de gases relacionados às mudanças no clima. Para alcançar esse objetivo, é necessário reduzir de forma drástica a liberação de gases do efeito estufa e o consumo de produtos de alto impacto ambiental.

Em relação ao campo, as medidas já aprovadas alcançam sete cadeias produtivas, entre as quais duas afetam mais diretamente os gaúchos: a pecuária e a soja. A lista é composta ainda por café, cacau, madeira, borracha e óleo de palma. Em todo o Brasil, esses sete setores somaram R\$ 86 bilhões em exportações para a Europa em 2022.

Oportunidade

Diretor-vice-presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Domingos Velho Lopes acredita que a preocupação em reduzir emissões e ampliar a absorção de carbono pode representar uma oportunidade para quem semeia práticas adequadas a fim de colher bons negócios.

– Temos capacidade de aumentar a produção sem avançar em área, e temos um arcabouço jurídico que garantiu a preservação de

65% da mata nativa no país. Mas não podemos só dizer que realizamos uma agricultura de baixo carbono. Teremos de comprovar isso – observa Lopes.

O dirigente da Farsul lembra que apenas 0,6% das solicitações de crédito rural encaminhadas por produtores gaúchos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram recusadas por indícios de desmatamento ilegal no primeiro semestre deste ano.

“

Nós temos capacidade de aumentar a produção sem avançar em área, e temos um arcabouço jurídico que garantiu a preservação de 65% da mata nativa no país.

DOMINGOS VELHO LOPES
Diretor vice-presidente da Farsul

Outro desafio é criar metodologia que não leve em conta apenas o quanto o tipo de pecuária desenvolvido no RS emite de carbono, mas também o quanto captura. A doutora em zootecnia e pesquisadora da Embrapa Pecuária Sul Teresa Cristina Moraes Genro lembra que órgãos internacionais como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) só contabilizam as emissões.

– Se consideramos o ciclo com-

pleto, temos um serviço ecossistêmico onde as pastagens, se bem manejadas, sequestram carbono e drenam da atmosfera para o solo. Isso ainda não é considerado – afirma Teresa Cristina.

Certificações

Embrapa e outras entidades coletam dados por meio de iniciativas como a medição das emissões de metano do gado para desenvolver fórmulas que representem de maneira mais fiel o impacto da pecuária extensiva gaúcha. Mas, no cenário nacional, há preocupações com possíveis impactos da nova legislação europeia.

Uma das dúvidas é justamente como vai se provar que os produtores estão adequados às exigências da União Europeia, que incluem ainda respeito a legislações locais e a direitos humanos e trabalhistas, por exemplo. Isso deverá ocorrer por meio da concessão de certificados (selo indicativo de procedência ou de condições de produção), mas há questões em aberto.

– A maior parte dos nossos exportadores já tem certificações. Mas, no caso europeu, ainda não está claro que metodologia vai ser utilizada, que certificadoras serão aceitas, se certificados locais vão servir – avalia o vice-presidente da Associação Brasileira do Agro-negócio (Abag), Ingo Plöger. Presidente da seção gaúcha da

Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), Carlos Fauth afirma que o setor não costuma trabalhar com certificações, mas avalia que o cultivo não tem relação com desmatamento no Estado e minimiza a importância da Europa:

– Nossos principais mercados hoje estão no Oriente e na Ásia, que precisa de comida. Os europeus querem prejudicar nossa agricultura com essas restrições porque são um continente em decadência.

Em meio às dúvidas, os gaúchos seguem ampliando as iniciativas de sustentabilidade. Neste ano, 5,2 mil produtores do Estado foram contemplados com R\$ 831 milhões em financiamentos que envolvem o uso de tecnologias do Plano ABC+, que estimula boas práticas no campo.

– Estamos unindo esforços para ter um selo de qualidade vinculado ao Programa Carbono + Verde (iniciativa nacional que contempla 13 cadeias produtivas). Vamos falar disso na Expointer – afirma a secretária estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann.

Estância combina ações para reduzir emissões de carbono

Estância Guatambu, localizada no município de São José do Sul, em Santa Maria, iniciou um conjunto de ações para reduzir as emissões de carbono em suas atividades. O projeto inclui a implantação de painéis solares para a geração de energia limpa, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e a utilização de maquinário com menor consumo de combustível. Além disso, a estância também está investindo em programas de reflorestamento e conservação ambiental.

Essas medidas visam não apenas reduzir o impacto ambiental, mas também otimizar os custos operacionais e aumentar a eficiência da produção. A estância espera que essas ações contribuam para a sustentabilidade de longo prazo e para a melhoria da qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores.

Preocupado com perda de mercado, Brasil pode questionar regras de Pacto Verde

O Brasil está preocupado com a possibilidade de perder mercados importantes devido às novas regras de sustentabilidade impostas pelo Pacto Verde da União Europeia. O governo brasileiro está avaliando as implicações dessas regras e considerando a possibilidade de questionar algumas delas, especialmente aquelas que exigem comprovações complexas e custosas de sustentabilidade para produtores brasileiros.

As autoridades brasileiras estão em contato com a União Europeia para esclarecer dúvidas e negociar possíveis ajustes nas regras. O objetivo é garantir que os produtores brasileiros possam continuar a competir de forma justa no mercado europeu, sem serem penalizados por exigências excessivas que não refletem a realidade local.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 20 e 21